



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHA DE ALEGRIA

RUA SIQUEIRA CAMPOS

11.049.798/0001-82

Exercício: 2021

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHA DE ALEGRIA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

1 de 1

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social Capial Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.534.879,80	0,00	16.534.879,80
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.154.538,16	0,00	3.154.538,16
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.689.417,96	0,00	19.689.417,96



**MUNICIPIO DE CHA DE ALEGRIA – ESTADO DE PERNAMBUCO****INFORMAÇÕES GERAIS:**

Prefeitura Municipal de Chã de Alegria. CNPJ: **11.049.798/0001-82**

Rua Siqueira Campos, S/N – Centro - CEP: 55.835-000 Chã de Alegria/PE.

A Prefeitura Municipal de Chã de Alegria concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. A população estimada pelo IBGE é de 13.428 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,8. Durante o exercício de 2021 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 725 de 21 de outubro de 2020 (LOA 2021). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Dados do Gestor:

Nome: Tarcísio Massena Pereira da Silva. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2021 a 31/12/2021.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com/José Fernando Rodrigues Filho. CRC-PE nº 25.878/O-7.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 02 de 22 de dezembro de 2016 e Portaria nº 877 de 18 de dezembro de 2018, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6, e que se encontram em convergência de compatibilidade com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP.

Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:

Demonstrações isoladas da Prefeitura Municipal de Chã de Alegria

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, dívida ativa tributária, ajuste de perdas de créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias em curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (realizável em longo prazo: créditos em longo prazo, investimentos temporários em longo prazo, variações diminutivas pagas



antecipadamente; Investimentos, imobilizado, amortização e depreciação). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, empréstimo e financiamento em curto prazo, fornecedores a conta a apagar em curto prazo, obrigações fiscais em curto prazo, demais obrigações em curto prazo) e Passivo não Circulante o (obrigações trabalhista, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimo, empréstimo e financiamento em longo prazo, fornecedores e contas a apagar a longo prazo, obrigações fiscais em longo prazo, provisões em longo prazo, demais obrigações em longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2021 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido à obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:**1.1 Ativo Circulante**

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2021 soma R\$ 5.041.741,66. Aumentando em R\$ 1.685.253,28, em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 3.356.488,38. O índice de liquidez corrente em 2021 foi de 132,50%, mostrando boa capacidade de pagamento a curto prazo.



1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2021, R\$ 4.134.537,20, houve um expressivo aumento com relação ao exercício de 2020, no valor de R\$ 2.080.749,58.

1.1.2 Dívida Ativa Tributária dos impostos

Em 2020 foi apurado e acrescido no Balanço Patrimonial o valor da Dívida Ativa Tributária, totalizando R\$ 956.553,08, que ora foi reconhecido no exercício conforme encaminhamento do setor de tributos do município, já em 2021 houve uma significativa redução em relação ao exercício anterior, no valor de R\$ 782.661,26, fechando a dívida ativa tributária dos impostos no ano de 2021 no total de R\$ 173.891,82.

1.1.3 AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Em 2020 foi apurado e acrescido no Balanço Patrimonial do Município os valores da conta redutora Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo no valor de R\$ (95.655,72), admitindo 10% de perda conforme legislação específica, já em 2021 a metodologia aplicada foi de 5% que totalizou no valor total de R\$ (8.694,59).

1.1.4 Demais créditos e valores a curto prazo

Em 2021 o Realizáveis no curto prazo soma um valor total de R\$ 742.007,23, composto por adiantamentos concedidos a pessoal, depósito especial, precatórios, reembolso de adiantamento de salário família e maternidade, outros créditos a receber e valores de curto prazo, por demais transações até o prazo do exercício seguinte. Uma variação aumentativa no valor de R\$ 300.203,83, em relação ao final do exercício de 2020, que foi de R\$ 441.803,40.

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Ativo Realizável a Longo Prazo

Os ativos realizáveis a longo prazo em 2021, representam os créditos Dívida Ativa tributária no valor de R\$ 985.386,96, a Dívida Ativa não Tributária no valor de R\$ 2.470.109,33 e ajuste de perdas de créditos a longo prazo no valor de R\$ (49.269,35). Em relação ao ano de 2020 a Dívida Ativa tributária aumentou em sua totalidade no montante de R\$ 871.731,76, já a Dívida Ativa Não Tributária manteve o mesmo valor com relação ao ano anterior, ou seja, sem redução ou aumento da dívida ativa não tributária e o ajuste de perdas de créditos a longo prazo foi aplicado a metodologia de 5% sobre a dívida ativa tributária. De modo geral que a conta sintética do realizável a longo prazo teve um aumento de R\$ 957.428,96 de um ano para o outro, devido ao reconhecimento da Dívida Ativa não tributária e tributária dos últimos 5 anos, conforme encaminhamento do setor de tributos do município.



1.2.2 Investimento

No exercício de 2021 houve participações permanentes avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no valor total de R\$ 156.000,00, correspondente à participação em contratos de rateio com o COMANAS, um aumento de R\$ 24.000,00 em relação ao ano anterior.

1.2.3 Imobilizado

A conta contábil do Imobilizado possui direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2020 totalizou o montante de R\$ 14.652.416,92. No exercício de 2021 chegou ao montante de R\$ 14.980.362,40 sendo:

Descrição	2020	2021
Bens Móveis	6.411.879,71	6.454.803,83
Bens Imóveis	9.276.191,83	10.318.305,00
Total	15.688.071,54	16.773.108,83

No decurso do exercício de 2021 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio municipal nas contas Bens Móveis (aumento de R\$ 42.924,12 em relação ao ano de 2020) e Imóveis (aumento de R\$ 1.042.113,17 em relação ao ano de 2020), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens Imóveis, registrado o valor global dos imóveis desmembrado. É relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.4 Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas

Os valores da conta de depreciação acumulada (bens móveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2021 está acumulada em R\$ (373.877,32) e em 2020 foi de R\$ (108.073,60). Em 2021 foi apurado e acrescido no Balanço Patrimonial do Município valores da amortização e depreciação acumulada (bens imóveis) que totalizaram R\$ (1.418.869,11) já em 2020 o valor total foi de R\$ (927.581,02). Fechando a conta redutora de Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas no ano de 2021 em R\$ (1.792.746,43), já no exercício de 2020 tinha um montante totalizado no valor de R\$ (1.035.654,62).



1.3 Passivo Circulante

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2021 o valor de R\$ 3.805.061,33, um pequeno aumento com relação ao exercício anterior, no valor de R\$ 257.650,80, mostrando o empenho do município em tentar arcar com suas dívidas de curto prazo.

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar e Encargos sociais a Pagar, onde em 2021 apresentou valor de R\$ 2.088.999,38, obtendo um relativo aumento de R\$ 431.781,13 em relação ao ano anterior, que teve um valor de R\$ 1.657.218,25. Devido as dificuldades do ano de pandemia mundial o município teve baixa capacidade de pagamento com a dívida de curto prazo, principalmente relativo a pessoal a pagar.

1.3.2 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, no exercício de 2021 a conta obteve valor total de R\$ 908.168,92. Houve um pequeno aumento da dívida com relação ao exercício anterior no total de R\$ 19.506,64, porém mais uma vez mostrando a capacidade do município de se empenhar em tentar arcar com os compromissos a curto prazo.

1.3.3 Obrigações Fiscais a curto prazo:

Em 2021 permaneceu inalterado o valor, em relação ao exercício de 2020, que foi apurado e acrescido no Balanço Patrimonial do Município o valor da conta de Tributos Federais Renegociados a curto prazo, que totalizou apenas um montante de R\$ 100,65.

1.3.4 Demais Obrigações à Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses, inclusive consignações, e consórcio a pagar dessas obrigações, sendo em 2021 o montante total de R\$ 807.792,38. Já o valor do exercício anterior foi no total de R\$ 1.001.429,35, apresentando uma redução de R\$ 193.636,97, indicando mais uma vez a capacidade do município de se empenhar para reduzir suas dívidas de um exercício financeiro para o outro.

1.4 Passivo Não Circulante



1.4.1 Empréstimos e Financiamentos a longo prazo

Diferentemente do exercício de 2021 que não houve valor para conta de empréstimos internos – em títulos, em 2020 houve valor apresentado no total de R\$ 3.791,08, assim sendo, havendo a quitação total do valor no exercício.

1.4.2 Obrigações Fiscais a Longo Prazo:

Em 2020 foi apurado e acrescido no Balanço Patrimonial do Município o valor da conta de Tributos Federais Renegociados a longo prazo, que totalizou um montante de R\$ 503.621,87, devidamente registrado conforme relatórios de parcelamentos de dívidas assumidas pelo município, na PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e Extrato de Parcelamento do e-CAC, portanto para o ano de 2021 houve uma redução de R\$ 413.770,16 devido ao pagamento desses débitos, fechando a conta no exercício no montante total de R\$ 89.851,71.

1.5 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2020 foi de R\$ 16.534.879,80 e em 2021 totalizou em R\$ 19.689.417,96 (compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores). Houve uma variação aumentativa bastante expressiva de R\$ 3.154.538,16, de 2020 para 2021. O motivo pelo aumento foi única e exclusivamente relativo à conta de superávits ou déficits do exercício que totalizou um montante em 2021 de R\$ 3.154.538,16, proveniente da apuração do resultado patrimonial do exercício em 2021. Tem indicador permanente.

1.6 Outras Informações relevantes:

1.6.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.6.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.6.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.6.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.